



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
DIRETORIA DE LOGÍSTICA E FINANÇAS**

**Contrato nº 371-14-CBMSC
Pregão Presencial nº 33-15-CBMSC**

DE FORNECIMENTO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR / FUNDO DE MELHORIA DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - FUMCBM, E DO OUTRO LADO A EMPRESA **DIMAS COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS LTDA.**

O **ESTADO DE SANTA CATARINA**, por intermédio do Corpo de Bombeiros Militar, com sede na Rua Almirante Lamego, nº 381, Centro, Florianópolis – SC, inscrito no CNPJ sob o nº 06.096.391/0001-76, doravante denominado Contratante, com recursos provenientes do Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros - FUMCBM, inscrito no CNPJ sob o nº 14.186.135/0001-06, representado neste ato pelo Senhor Coronel BM Luis Haroldo de Mattos, Diretor de Logística e Finanças - DLF, matrícula 910.157-8, e de outro lado a empresa, **DIMAS COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS LTDA.**, estabelecida na Rodovia BR 101, S/N, KM 210, Picadas do Sul, São José – SC, CEP 88106-101, telefone (48) 3271-1273, inscrita no CNPJ sob o nº 83.262.923/0004-91, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu(sua) Representante, Bruno Hoffmann de Faria, portador(a) do CPF nº 071.236.169-36, firmam o presente instrumento de contrato de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E SUA EXECUÇÃO

O presente Contrato tem por objetivo a **AQUISIÇÃO DE UMA CAMIONETE TIPO PICKUP, EQUIPADA COM CARROCERIA ESPECIAL E GUINDASTE HIDRÁULICO DE ELEVAÇÃO ATRAVÉS DE CESTO AÉREO NÃO ISOLADO PARA USO EM OPERAÇÕES DE CORTE DE ÁRVORES, BUSCA E SALVAMENTO, DESTINADA AO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE FLORIANÓPOLIS**, conforme especificações constante no Anexo Único, produto(s) esse(s) adjudicado(s) à CONTRATADA em decorrência do(a) Pregão Presencial nº 33-15-CBMSC.

§1º A qualidade e especificações do objeto fornecido deverá atender à legislação especial federal, estadual e/ou municipal aplicáveis.

§2º São partes integrantes deste contrato, como se transcritos estivessem, o presente edital de licitação, seus anexos, e quaisquer complementos, os documentos, propostas e informações apresentadas pela licitante vencedora e que deram suporte ao julgamento da licitação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR, DO PREÇO, DOS REEQUILÍBRIOS ECONÔMICO-FINANCEIROS, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO POR INADIMPLENTO.

Do Valor

I - O valor deste contrato é de **R\$ 157.000,00** (cento e cinquenta e sete mil reais).

Do Preço

II - O preço dos produtos serão praticados conforme valores especificados no Anexo Único.

III - Do reajuste de preço – O preço estabelecido é irrevogável, durante a vigência do presente contrato, e inclui todos e quaisquer ônus, quer sejam tributário, fiscais ou trabalhistas, seguros, impostos e taxas, transporte, frete e quaisquer outros encargos necessários à execução do objeto do contrato;

IV - A revisão dos preços poderá ser concedida, pelo CONTRATANTE, a partir da análise e discussão de documento que demonstre a alteração dos custos, a ser encaminhada pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, nos termos do artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e art. 2º do Decreto Estadual nº 968, de 16 de maio de 2012 (análise do Grupo Gestor de Governo), da forma como segue:

a) solicitação por escrito ao Diretor da DLF, através de carta registrada, com aviso de recebimento – AR, devendo comprovar o aumento dos encargos através de planilha de custos.

Das Condições de Pagamento

§ 1º A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor devido, por intermédio do Banco do Brasil, em no máximo 30 (trinta) dias, de acordo com o artigo 40, inciso XIV, alínea “a” da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, a contar da data de recebimento e aceitação definitiva do(s) produto(s) pelo gestor do contrato, constada no verso da nota fiscal/fatura, respeitado ainda o cronograma de pagamento fixado pela Secretaria de Estado da Fazenda.

§ 2º A nota fiscal/fatura deverá ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos relacionados no item HABILITAÇÃO (envelope de nº 1) do Edital, e constar em seu teor o número do empenho e/ou Autorização de Fornecimento, do contrato, do processo licitatório e o endereço da organização onde o produto for entregue, bem como ser emitida em favor da CONTRATANTE, CNPJ sob o nº 14.186.135/0001-06, conforme uma das opções abaixo:

I - em nome do **Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina**; ou

II - em nome do **Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros**; ou

III - em nome do **FUMCBM**.

§ 3º No documento fiscal referente à aquisição de mercadorias ou prestação de serviços deverão ser observados, nas operações internas, os benefícios de isenção de ICMS previstos no Anexo 2 – Benefícios Fiscais, Capítulo I – Das Isenções, do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto Estadual nº 2.870 de 27 de agosto de 2001, e suas alterações, como segue:

a) o objeto deste Contrato goza de isenção do ICMS, condicionado ao desconto no preço unitário do item, do valor equivalente ao imposto dispensado e à indicação do valor do desconto no respectivo documento fiscal de venda, conforme dispõe o artigo 1º, inciso XI, do Anexo 2, do Regulamento do ICMS do Estado de Santa Catarina, aprovado pelo Decreto estadual nº 2.870 de 27 de agosto de 2001, com amparo no Convênio ICMS nº 26/03;

b) a **isenção do ICMS** na aquisição de mercadorias por órgãos ou entidade da Administração Pública Estadual **alcança apenas fornecedores catarinenses**;

c) também goza de isenção o transporte das mercadorias adquiridas pela Administração Pública Estadual, nos termos do artigo 5º, inciso VI, do Anexo 2 supramencionado, caso em que também deverá ser indicado o desconto no documento fiscal respectivo.

§ 4º O pagamento será liberado, caso o valor ultrapasse a R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Estadual de Santa Catarina e, se for o caso, do estado em que for sediada a CONTRATADA, conforme Decretos Estaduais/SC nº 3.650, de 27 de maio de 1993 e nº 3.884, de 24 de agosto de 1993.

§ 5º A nota fiscal deverá vir acompanhada do Termo de Recebimento Definitivo, se for o caso.

§ 6º A apresentação da nota fiscal contrariando as exigências enunciadas nos §§ 2º, 3º e 4º acima implica na suspensão do pagamento, gerando sua devolução para correção, não sendo exigível, neste caso, atualização financeira dos valores, por inadimplemento.

§ 7º Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, bem assim, em razão de dano ou prejuízo causado à CONTRATANTE ou a terceiros, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

§ 8º O pagamento da fatura será susgado se verificada execução defeituosa do contrato, e enquanto persistirem restrições quanto ao fornecimento efetivado, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

§ 9º Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

§ 10º O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil.

Da Atualização por Inadimplemento

§ 11º Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento pela CONTRATANTE, sem que haja culpa da CONTRATADA, os valores, poderão, se requeridos formalmente, ser corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 117, da Constituição Estadual e artigo 40, inciso XIV, alínea “c”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA, PRAZOS, LOCAL DE ENTREGA, GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

I - O prazo de vigência deste instrumento é a partir da data da assinatura do contrato até 31 de outubro de 2015, sem prejuízo do prazo de garantia, observada a vigência do correspondente crédito orçamentário.

II - O prazo de entrega do produto/material/serviço, será de até 90 (noventa) dias corridos contados da assinatura do presente contrato.

III - O prazo para substituir o objeto, prestar assistência técnica e concluir os reparos é de no máximo 10 (dez) dias, a partir da comunicação de defeito feita pelo Contratante, devendo ser realizada no horário de expediente.

IV - A garantia dos objetos deste contrato contra quaisquer defeitos de fabricação compreendendo, a substituição de peças, ajustes, reparos e correções necessárias, é de 12 meses, contados a partir do recebimento definitivo.

V - Dos objetos:

a) O(s) produtos(s) deverá(ão) ser entregue(s) no(a) Centro de Apoio Operacional do CBMSC, Sito a rua São José do Operário, s/n, Barreiros, São José – SC, CEP: 88.113-165, fone (48) 3271-2510, em dia útil, no horário compreendido entre 1300h e 1800h, observadas as seguintes condições.

§1º - Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a remover os defeitos apresentados nos objetos contratados, compreendendo, nesse caso, a substituição de peças, ajustes, reparos e correções necessárias. Todas as despesas havidas no período de garantia, tais como conserto, substituição de peças,

transporte, mão-de-obra e manutenção dos equipamentos correrão por conta da CONTRATADA, não cabendo à CONTRATANTE quaisquer ônus.

§2º - O CONTRATANTE poderá autorizar a prorrogação do prazo final de entrega, desde que configuradas quaisquer das hipóteses previstas no art. 57, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O pagamento do presente contrato correrá à conta dos recursos consignados no Orçamento do Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros - FUMCBM, CNPJ nº 14.186.135/0001-06 – Fonte 0111/0311, Subação 11866, Item Orçamentário 4.4.90.52.24.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Da CONTRATADA

I – Obriga-se a CONTRATADA:

- a) ao cumprimento integral do objeto deste contrato;
- b) ao fornecimento do objeto deste contrato, em consonância com o processo licitatório e de acordo com as especificações constantes no Anexo Único deste instrumento, com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) entregar o(s) bem(ns) adquirido(s) no prazo e local especificados na Cláusula Terceira, dentro de sua(s) embalagem(ns) individual(ais) original(ais) e lacradas; estas por sua vez em caixas de papelão próprias para este fim, bem como atender às determinações da CONTRATANTE;
- d) apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência do(s) bem(ns) adquirido(s), sem qualquer ônus adicional;
- e) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto deste contrato;
- f) solicitar a prorrogação do prazo previsto na Cláusula Terceira até o vencimento, desde que justifique e comprove suas alegações; vencido o prazo para entrega sem o cumprimento da obrigação, será enviado à empresa comunicado, por escrito, concedendo um prazo de 5 (cinco) dias para regularização do fornecimento ou apresentação de defesa prévia;
- g) manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas no processo licitatório;
- h) permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo CONTRATANTE ao local de fornecimento do(s) objeto(s);
- i) a estender a este contrato, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da CONTRATADA;
- j) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas diretas e indiretas decorrentes do fornecimento/prestação dos serviços, tais como fretes, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto deste instrumento;
- k) responsabilizar-se civil e criminalmente por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à CONTRATANTE ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de dolo, imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade com a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE ou qualquer outro órgão fiscalizador.
- l) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência do fornecimento;
- m) reparar, corrigir, remover, reconstruir e substituir, no todo ou em parte, às suas expensas, no prazo constante na Cláusula Terceira, à partir da intimação, os bem(ns) que for(em) recusados por apresentarem-se danificado(s)/defeituoso(s), resultantes da fabricação ou da execução do fornecimento, com prazos de validade vencidos, se for o caso, ou que estiverem em desacordo com o disposto no edital

e seus anexos. Aplica-se o disposto nesta alínea aos bem(ns) adquirido(s) que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções durante o período de garantia;

n) responder pelos danos que porventura venha a ocasionar a equipamentos em razão da qualidade do(s) bem(ns) adquirido(s) ser(em) inadequado(s), sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

o) arcar com todas as obrigações tributárias e previdenciárias oriundas desta contratação;

p) arcar com o ônus, quando forem constatadas irregularidades, de acordo com os termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e com a Legislação de Defesa do Consumidor;

q) fornecer, mediante solicitação escrita, todas as informações julgadas relevantes pelo CONTRATANTE;

r) comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

s) realizar os serviços de montagem/entrega nos horários determinados pela CONTRATANTE. A instalação/entrega poderá ocorrer no período da tarde, noite ou em finais de semana, para que não haja interferência no expediente normal de trabalho, desde que previamente autorizado pelo CONTRATANTE;

t) prestar assistência durante o período de garantia, contada a partir da data do recebimento definitivo do objeto, consubstanciada na manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, com a periodicidade definida pelo fabricante, na instalação e aceite dos equipamentos em questão;

u) fornecer, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE, quaisquer componentes adicionais, necessários ao perfeito fornecimento do(s) bem(ns) adquirido(s);

v) enviar ao CONTRATANTE, caso haja a necessidade de instalação do(s) bem(ns) adquirido(s), relação nominal e dados documentais de todos os funcionários que trabalharão na execução dos serviços, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas do início dos trabalhos. Qualquer alteração na relação dos funcionários deverá ser imediatamente comunicada ao CONTRATANTE;

x) manter a disciplina entre o seu pessoal, fazendo-o cumprir, na execução dos serviços, as normas legais sobre segurança contra riscos de acidentes, se for o caso;

y) manter a execução dos serviços em ritmo adequado e eficiente, se for o caso;

z) montar o(s) bem(ns) adquirido(s) e deixá-lo(s) em perfeita(s) condição(ões) de uso, se for o caso;

aa) entregar manuais técnicos, certificados e garantia original do fabricante, redigido em português, ou traduzido para o português, se for o caso, bem como todos e quaisquer documentos relacionados ao(s) bem(ns) fornecido(s) - individualmente;

ab) emitir notas fiscais eletrônica, conforme determina a legislação vigente;

ac) outras obrigações específicas descritas no Anexo Único, se for o caso.

Da CONTRATANTE

II – Obriga-se o CONTRATANTE:

a) prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

b) acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de seus representantes;

c) notificar, por escrito, à CONTRATADA a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto deste Termo, para que sejam tomadas providências em face de quaisquer irregularidades;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de readequação dos preços contratados, visando a equiparação aos preços;

e) efetuar pagamento à CONTRATADA de acordo com a forma e prazo estabelecido na cláusula segunda.

§ 1º O inadimplemento das obrigações previstas no presente Contrato, ou a ocorrência de quaisquer das situações descritas no Art. 78 da Lei nº 8.666/93, será comunicada pela parte prejudicada à outra, mediante notificação por escrito, entregue diretamente ou por via postal, com Aviso de Recebimento, a fim de que seja providenciada a regularização nos termos do Parágrafo Único do artigo 78.

CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL POR ADITAMENTO

§ 1º O Contrato a ser celebrado poderá ser alterado, na forma e condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 2º O contratado fica obrigado a aceitar, nos termos do art. 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário até 25% do valor atualizado do contrato, não cabendo nesse caso qualquer tipo de indenização.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em Lei, com assento no Capítulo III, Seção V, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nos seguintes casos:

I – por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

II – amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, mediante formalização através de aviso com antecedência mínima de 30 dias, não cabendo indenização de qualquer das partes, exceto para pagamento dos fornecimentos comprovadamente prestados;

III – judicialmente, na forma da legislação vigente;

IV – a rescisão contratual determinada por ato unilateral, em que constatado o descumprimento do avençado, acarreta as seguintes consequências para a CONTRATADA, sem prejuízo das sanções previstas:

a) execução dos valores das multas e indenizações devidas à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas às sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no Decreto Estadual nº 2617, de 16 de setembro de 2009, quais sejam:

I – Advertência

II – Multa:

a) 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso na entrega do produto ou execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento);

b) 10% (dez por cento) em caso de não entrega do produto, não conclusão do serviço ou rescisão contratual, por culpa da CONTRATADA, calculado sobre a parte inadimplente;

c) de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

III – Suspensão:

a) por até 5 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 2 (dois) anos para as demais modalidades, quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios;

b) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;

c) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;

d) até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no inciso II.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em caso de faltas graves apuradas por intermédio de processo administrativo.

V – Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou CONTRATADA, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas às justificativas da licitante ou CONTRATADA, nos termos do que dispõe o artigo 87, “caput”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

VI – As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/CONTRATADA.

VII – Nenhum pagamento será realizado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

VIII - As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra, bem como não impede que concomitantemente sejam aplicadas outras penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

IX - A multa será descontada dos créditos da CONTRATADA ou por outra forma de cobrança administrativa ou judicial, se for o caso, e em ultrapassando os créditos do contrato, seu valor será atualizado e compensado financeiramente, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação.

X - O atraso para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega dos produtos.

XI - No caso da CONTRATADA não aceitar a ordem de fornecimento ou ocorrer qualquer atraso na entrega dos produtos, sem prévia e expressa justificativa, será considerado como recusa e, independentemente das multas previstas nos itens anteriores, poderá, a critério da Contratante, dar causa ao cancelamento da notificação, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento de perdas e danos, honorários advocatícios e demais cominações legais, podendo então os demais licitantes ser convocados por ordem de classificação enquanto houver conveniência para a Contratante.

§ 1º As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 2º As sanções previstas nos incisos I, II e III desta cláusula são de competência do Diretor da DLF, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º A sanção administrativa prevista no inciso IV, por força do art. 87, § 3º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Administração, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

CLÁUSULA NONA – DA VINCULAÇÃO

Vincula-se o presente Contrato às disposições da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Estadual nº 12.337 de 5 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, alterações posteriores, demais normas legais federais e estaduais vigentes, o Edital do Pregão Presencial nº 33-15-CBMSC, à proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO GESTOR E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

I - O gestor do contrato é o Major BM Helton de Souza Zeferino, devendo solicitar, conferir, receber e controlar o objeto, em conformidade com a qualidade, quantidades e saldo para pagamento. Essa competência poderá ser delegada para outro servidor bombeiro militar, desde que essa delegação seja publicada em Boletim Interno próprio ou do quartel a que estiver subordinado, além de ser indispensável a ciência por escrito do servidor que recebeu a delegação, como também a comunicação formal à DLF da substituição do gestor do contrato.

II - O recebimento do objeto deste contrato ficará condicionado a observância das normas contidas no art. 40, inciso XVI, c/c o art. 73 inciso II, “a” e “b”, da Lei 8.666/93 e alterações, sendo que a conferência e o recebimento ficarão sob as responsabilidades de Servidor e/ou Comissão, podendo ser:

a) provisoriamente, mediante recibo na Nota Fiscal por servidor(es) designado(s) pelo gestor do contrato, no ato da entrega dos produtos, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com as especificações; e

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, por uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pelo Diretor de Logística e Finanças do CONTRATANTE, nos casos de aquisição de equipamentos de grande vulto, conforme exigência do §8º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, ou mediante recibo, pelo gestor, nos demais casos.

§ 1º Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere este artigo não serem, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos.

§ 2º Os objetos contratados deverão ser desembalados e conferidos por técnicos capacitados da CONTRATADA. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os produtos foram entregues em desacordo com a proposta, com defeito, fora de especificação ou incompletos, após a notificação por escrito à Contratada serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanada a situação.

§ 3º Ocorrendo a hipótese prevista no parágrafo anterior, será lavrado Termo de Recusa, no qual deverão ser descritas as divergências, e comunicado a CONTRATADA para que no prazo constante na Cláusula Terceira, contados do recebimento do comunicado expedido pelo gestor, sane os problemas detectados e, se for o caso, substitua o(s) produto(s) entregue(s) por outro compatível com a proposta apresentada, nos termos do objeto deste contrato.

§ 4º O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do fornecimento e/ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

§ 5º Nos termos do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor ou por uma comissão, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição. Os representantes do CONTRATANTE, sob pena de serem responsabilizados administrativamente, anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em 10 (dez) dias corridos para a adoção das medidas convenientes.

§ 6º A CONTRATADA deverá manter preposto aceito pelo CONTRATANTE para representá-la na execução do contrato.

§ 7º A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

§ 8º A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

§ 9º O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, com a renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas questões originárias da execução do presente contrato.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Florianópolis, 12 de maio de 2015.

LUIS HAROLDO DE MATTOS - Coronel BM
CONTRATANTE

BRUNO HOFFMANN DE FARIA
CONTRATADA

Testemunhas:

RODRIGO PHELIPE PFLEGER - Soldado BM
Auxiliar do Centro de Contratos e Convênios

LEONARDO G. DE NONOHAY JR - Soldado BM
Auxiliar do Centro de Contratos e Convênios

.....

ANEXO “ÚNICO” AO CONTRATO

1. QUADRO QUANTITATIVO

ITEM	PRODUTO	UNID.	QTDE	MARCA	VALOR UNIT.	TOTAL
01	Aquisição de uma camionete tipo pickup, equipada com carroceria especial e guindaste hidráulico de elevação através de cesto aéreo	Uni	01	Ford F-350	R\$ 157.000,00	R\$ 157.000,00
TOTAL					R\$ 157.000,00	

2. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS

AQUISIÇÃO DE UMA CAMIONETE TIPO PICKUP, EQUIPADA COM COM CARROCERIA ESPECIAL E GUINDASTE HIDRÁULICO DE ELEVAÇÃO ATRAVÉS DE CESTO AÉREO NÃO ISOLADO, ZERO KM, PARA TRABALHO EM AMBIENTES VERTICAIS PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE FLORIANÓPOLIS:

2.1.1. Chassi zero Km com ano de fabricação da data de entrega, podendo ser modelo do ano seguinte, com as seguintes especificações mínimas:

2.1.1.1. Motor diesel com potência mínima de 150 CV, torque mínimo de 36 Kgf.m e cilindrada mínima de 2.776 cm³.

2.1.1.2. Tração 4x2 original de fábrica.

2.1.1.3. Capacidade mínima de carga útil de 2.100 Kg.

2.1.1.4. deve possuir distância entre eixos: entre 3200mm e 4.600mm.

2.1.1.5. deve ser equipado com direção hidráulica ou elétrica.

2.1.1.6. deve possuir tanque de combustível de no mínimo 100 litros (feito em plástico, alumínio ou aço inox) com chave.

2.1.1.7. caixa de câmbio com 05 (cinco) marchas à frente sincronizadas e uma à ré.

2.1.1.8. com tomada de força para acionamento do cesto aéreo

2.1.1.9. cabine metálica para proteção ao condutor e menos danos da mesma contra objetos metálicos que podem cair acidentalmente do cesto aéreo quando em operação.

2.1.1.10. capacidade de transporte para 03 (três) pessoas.

2.1.1.11. banco individual do motorista com regulagem.

2.1.1.12. calhas de chuva para os vidros laterais.

2.1.1.13. tapetes de borracha originais do veículo.

2.1.1.14. proteção metálica para o cárter quando possível.

2.1.1.15. proteção de coifas (junta homocinética) quando possível.

2.1.1.16. deve vir equipado com ar condicionado de fábrica.

2.1.1.17. sistema de freios hidráulico, com servo-freio assistido pela bomba de direção, dois circuitos independentes, com ABS e EBD.

2.1.1.18. deve vir equipado as 4 rodas mais o estepe em aço ou alumínio aro 16" polegadas, com pneus 265/75 sem câmara.

2.1.1.19. pintura na cor vermelho rubi (PADRÃO CBMSC: referência tinta Rener Renodur acrílica vermelho rubi código C00M16921319401), caso a fabricante tenha uma tonalidade de cor vermelha semelhante a utilizada pelo CBMSC poderá ser aceita mediante aprovação.

2.1.1.20. deve vir com todos os equipamentos de série e obrigatórios de segurança.

2.1.1.21. o veículo deverá vir plotado no Padrão estabelecido pelo CBMSC.

2.1.1.22. reposicionar bocal do tanque de combustível após a implementação do equipamento de elevação de forma que o tanque possa ser abastecido de forma similar ao posicionamento original (o abastecimento

será analisado quando do teste de aceitação dos conjuntos nas dependências do fornecedor ou em posto de combustíveis próximo as dependências do implementador.

2.1.2. garantia de no mínimo de 12 (doze) meses, a contar da entrega do veículo, sem limite de quilometragem.

2.1.3. de acordo com a Lei Federal nº 8.058 de 02 de julho de 1990 o veículo proposto deve ser faturado isento de IPI.

2.1.4. de acordo com o convênio ICMS/06 de 07 de julho de 2006 ratificado pelo Ato Declaratório nº 8, de 28 de julho de 2006, o Corpo de Bombeiros de Militar realizará o requerimento de solicitação para isenção do ICMS, do bem ofertado, junto a Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, devendo assim o proponente informar em sua proposta, além do preço total do produto, o valor do imposto ICM/SC incidente sobre o produto. O vencedor do certame, deverá ainda fornecer os documentos necessários para esse fim, bem como, deverá tomar as medidas necessárias para que o desconto seja praticados.

2.1.5. SISTEMA SONORO E DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA

2.1.5.1. **dispositivo sonoro de emergência:** composta de sirene eletrônica e duas unidades sonofletoras com capacidade individual de 100 (cem) watts e, no mínimo, **quatro tipos de sons independentes**. As unidades sonofletoras devem ser instaladas o mais à frente possível no veículo, voltadas para a dianteira, e a uma altura adequada do piso.

2.1.5.2. o sistema de controle dos sinalizadores visual e acústico deverá ser único, permitindo o funcionamento independente de ambos os sistemas. Deverá ser instalado em local específico quando este for solicitado (console) ou no local originalmente destinado à instalação de rádio possibilitando sua operação por ambos os ocupantes da cabina.

2.1.5.3. o equipamento deverá possuir sistema de gerenciamento de carga automático, gerenciando a carga da bateria quando o veículo estiver com o motor desligado, desligando o sinalizador se necessário, evitando assim o descarregamento excessivo da bateria e possíveis falhas no acionamento do motor.

2.1.5.4. o sistema deverá possuir proteção contra inversão de polaridade, altas variações de tensão e transientes, devendo se desligar, preventivamente, quando a tensão exceder valores não propícios.

2.1.5.5. o equipamento não poderá gerar ruídos eletromagnéticos ou qualquer outra forma de sinal, que interfira na recepção dos transeptores (rádios), dentro da faixa de frequência utilizada pela Polícia e/ou Corpo de Bombeiros.

2.1.5.6. conjunto de 04 (quatro) Strobos tipos led's na cor branca, em formato triangular ou retangular, com alta luminosidade, com acabamento protegido a infiltrações, selado e resistente às intempéries, sendo 02 (dois) localizados na grade frontal ao lado dos faróis dianteiros e 02 (dois) na traseira, em local a ser definido por Oficial do 1ºBBM, com flashes quádruplos na frequência de 90 flashes por minuto.

2.1.5.7. deverá ser instalado sobre a cabine dois sinalizadores individuais em leds, de cor vermelha, montados em base de alta resistência mecânica; Cúpula em policarbonato com proteção UV; 90 leds, categoria alto brilho, distribuídos equitativamente ao redor do sinalizador 2 sequências de lampejos luminosos de altíssima frequência com ciclos não inferiores a 60 flashes por minuto; Gerenciamento da corrente elétrica através de modulação PWM; Sistema de fixação através de parafusos passantes; Consumo máximo inferior a 1,0 A, com garantia de 5 anos.

2.1.6. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS

2.1.6.1. CESTO AÉREO NÃO ISOLADO

2.1.6.1.1. o equipamento cesto aéreo deverá ser de fabricação 100% Nacional e de cor Vermelha (Padrão CBMSC).

2.1.6.1.2. o equipamento deverá ser devidamente construído e instalado no veículo atendendo todas as Normas Reguladoras vigentes (NRs).

2.1.6.1.3. o fornecedor do equipamento deverá ser o fabricante, evitando-se terceirizações das partes estruturais principais do cesto aéreo (base, torre, braço, conjunto de lanças, cilindros, sobre chassis, carroceria metálica, etc.), podendo-se terceirizar apenas itens básicos (mangueiras, comando, válvulas, etc.), a fim de evitar problemas futuros quanto ao fornecimento de peças de reposição.

2.1.6.1.4. o cesto deverá possuir comando duplo, um ao lado da base (torre) e outro na cesta (caçamba) em fibra de vidro. Com alta resistência a intempéries (sol, chuva e maresia).

2.1.6.1.5. o cesto deverá possuir 2 (duas) sapatas estabilizadoras, em posição tipo “A”, instaladas no chassi do veículo e equipadas com válvulas de segurança tipo Holding. As alturas do solo, não poderão ser inferiores a 350mm.

2.1.6.1.6. o sistema de fixação do cesto (caçamba) de fibra de vidro ao braço superior deverá ser por meio de chaveta ou similar. Não será aceita fixação por abraçadeira de atrito.

2.1.6.1.7. fixação do cesto à lança deve ser próximo da parte superior do mesmo, respeitando as exigências estruturais e o espaço físico de montagem. O cesto (caçamba) deverá ser instalado na extremidade do braço superior.

2.1.6.1.8. no braço superior deverá ser plotado a inscrição “BOMBEIROS”, de forma centralizada, em letra arial black, com material refletivo de cor branca de alta resistência, ocupando o maior espaço possível do comprimento do braço mantendo-se a proporção entre largura e altura das letras.

2.1.6.1.9. na face posterior do cesto, voltada para a traseira do veículo deverá ser plotada a inscrição “EMERGÊNCIA 193”, de forma que a palavra fique posicionada acima dos números dimensionadas para ocupar o maior espaço possível da face posterior, em letra arial black, com material refletivo de cor branca de alta resistência.

2.1.6.1.10. todos os pontos de engraxamento (graxeiras) devem ter etiquetas de identificação auto-adesivas.

2.1.6.1.11. todas as alavancas de comando devem ser identificadas com etiquetas auto-adesivas, indicando o sentido de funcionamento. As instalações das alavancas de comando deverão atender obrigatoriamente a seguinte padronização:

2.1.6.1.11.1. operador posicionado na frente do comando, alavancas posicionadas da esquerda para a direita;

2.1.6.1.11.1.1. **1ª alavanca – braço superior** (para frente/cima – sobe; para traz/baixo desce);

2.1.6.1.11.1.2. **2ª alavanca - braço inferior** (para frente/cima – sobe; para traz/baixo desce);

2.1.6.1.11.1.3. **3ª alavanca – giro** (para frente/cima – sentido horário; para traz/baixo sentido anti-horário);

2.1.6.1.12. deverá conter um cesto de Fiberglass com capacidade mínima de 130 Kgf/cesto, com alcance mínimo vertical de trabalho de 10 metros, giro infinito, indicado para trabalhos em linhas não energizadas, com as seguintes características e componentes:

2.1.6.1.12.1. Altura máxima do solo (borda do cesto): 10,4 m.

2.1.6.1.12.2. Altura mínima de operação: 10 m.

2.1.6.1.12.3. Capacidade mínima de carga do cesto (p- 01 pessoa): 130 kgf.

2.1.6.1.12.4. Comprimento da 1ª lança: 3,69 m.

2.1.6.1.12.5. Comprimento da 2ª lança: 4,14 m.

2.1.6.1.12.6. Giro: INFINITO.

2.1.6.1.12.7. Alcance máximo lateral: 6,30 m.

2.1.6.1.12.8. Peso máximo do equipamento: 900 Kgf.

2.1.6.1.12.9. Nr. de sapatas estabilizadoras: 2

2.1.6.1.12.10. Lança superior: Aço/ Capa Proteção.

2.1.6.2. DISPOSITIVO DE ACIONAMENTO DA BOMBA HIDRÁULICA

2.1.6.2.1. dotado de tomada de potência, utilizando tomada de força acoplada à caixa de marchas, acionada de forma pneumática ou mecânica, com sinalização no painel do veículo.

2.1.6.3. SISTEMA DE SEGURANÇA:

2.1.6.3.1. deverá possuir válvulas de segurança incorporadas aos cilindros hidráulicos que imobilizem o sistema em caso de rupturas ou mediante qualquer falha do circuito hidráulico.

2.1.6.3.2. deverá possuir válvula hidráulica limitadora de raio, que garanta que não seja ultrapassado o

raio máximo de trabalho, segundo gráfico de alcances.

2.1.6.3.3. deverá possuir uma bomba manual de emergência que permita o acionamento de todos os movimentos do equipamento em caso de pane do motor do veículo ou bomba hidráulica.

2.1.6.4. SISTEMA DE NIVELAÇÃO:

2.1.6.4.1. o cesto deverá ser posicionado na parte lateral direita da segunda lança, com sistema de nivelamento automático acionado por correntes e tirantes, com regulagem de tensionamento.

2.1.6.5. ACESSÓRIOS INCLUSOS:

2.1.6.5.1. escada de acesso ao cesto aéreo.

2.1.6.5.2. porta cone.

2.1.6.5.3. porta escada.

2.1.6.5.4. sobre chassis.

2.1.6.5.5. tomada de força.

2.1.6.5.6. óleo.

2.1.6.5.7. horímetro para contagem das horas de trabalho do Equipamento.

2.1.6.5.8. manômetro de pressão para monitoramento constante do circuito hidráulico.

2.1.6.5.9. para choques laterais.

2.1.6.5.10. para choque traseiro.

2.1.6.5.11. cadastro no BIN (Detran) para emplacamento de veículos zero km.

2.1.6.5.12. plataforma metálica com assoalho de alumínio, com comprimento de 2.700 mm.

2.1.6.5.13. ART de fabricação, garantindo que todos os acessórios estão atendendo as Normas Regulamentadoras vigentes até data entrega do veículo.

2.1.6.5.14. laudo de isolamento individual do Cesto (só da caçamba de fibra) para 1.000 volts (mesmo o equipamento não sendo para linhas energizadas).

2.1.6.6. PRESCRIÇÕES DIVERSAS

2.1.6.6.1. deverá ser fornecido Assistência técnica Autorizada (veículo e transformação) a uma distância máxima de 20 km do município de entrega do veículo.

2.1.6.6.2. a empresa fornecedora, caso não seja a fabricante do equipamento, deverá apresentar um certificado da fábrica garantindo que a mesma é uma Concessionária Autorizada, com capacidade de fornecer Assistência Técnica e peças de reposição.

2.1.6.6.3. deverá ser fornecido de forma gratuita a mão de obra das revisões de 50 e 100 horas do equipamento.

2.1.6.6.4. deverá ser realizado uma entrega técnica para no mínimo dois bombeiros militares lotados no 1º Batalhão de Bombeiros Militar com sede no município de Florianópolis.

2.1.6.6.5. piso da plataforma deverá ser construído em chapa de alumínio tipo xadrez, espessura da base mínima de 2,2 mm em liga 5052.

2.1.6.6.6. deverá ser previsto uma proteção mecânica em chapa de alumínio, para as válvulas e cilindros das sapatas, que fiquem salientes no piso da plataforma;

2.1.6.6.7. os parafusos de montagem da estrutura deverão ser fabricados em aço inox ou em ferro galvanizado a fogo no padrão ABNT NBR6323.

2.1.6.6.8. pintura do para choque traseiro, com faixa de segurança branca e vermelha, sendo a tinta luminescente, segundo normas da legislação de trânsito vigente (brasileira), ou através de adesivo aprovado pelo CONTRAN.

2.1.6.6.9. peso bruto total homologado de 4.500 Kg;

2.1.6.6.7. deverá possuir alarme sonoro para marcha a ré.

2.1.6.6.8. o veículo deverá ser entregue limpo e com o tanque de combustível cheio.

2.1.6.6.9. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ FORNECER O VEÍCULO JÁ EMPLACADO.